



## ATA NÚMERO 16

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Pavilhão da Escola EB2/3 de Amarante, a Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, André Magalhães, Rita Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, Fernando José Moura e Silva, **Miguel Coelho, Carlos Alberto Miranda**, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – António Silva  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
Lomba – José Sidónio Oliveira Pinto Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva

SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes

TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÂRZEA – Henrique Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Maria do Rosário Magalhães Loureiro e Pedro Reis

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Antes de ser votada a ata da reunião anterior, foi lido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Pedro Cunha, um voto de pesar, pelo falecimento do senhor Dr. Augusto José Faria de Barros, recentemente falecido, subscrito pelos líderes com assento na assembleia, que a seguir se transcreve: ***“É com consternação que o Município de Amarante viu partir um cidadão de mérito, médico reputado, conhecido e reconhecido por todos.***

***Embora natural do Porto, foi em Amarante que no ano de 1950 o Dr. Barros iniciou a sua vida profissional, constituiu família e tornou-se num amarantino ilustre.***

***O senhor Dr. Barros foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta de Amarante, juntando-se assim a nomes incontornáveis da nossa história social e política.***

***Pelo seu percurso e exemplo de vida, os grupos da Assembleia Municipal do PSD, CDS, PS e Independentes propõem que a Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão plenária de 30 de Setembro de 2020 delibere: 1 – Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Dr. Augusto José Faria de Barros. 2 – Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar”.***

Foi de seguida guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da **ata da reunião de 27 de Junho de 2020**. Relativamente a esta ata nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, tendo sido a mesma posta de imediato à votação. Foi aprovada

com 45 votos a favor e uma abstenção. Foi ainda aprovada em minuta por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Aprovada a ata, passou-se de imediato ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra o senhor deputado disse: " Eu começo a minha intervenção por três pontos, não obstante poder acrescentar depois mais alguns a esta discussão.

Em primeiro lugar gostaria de falar sobre a mais recente pavimentação, a estrada de Geraldês, que liga Geraldês em Cepelos até à rotunda da Vinha. O Partido Socialista ao longo de muitas Assembleias Municipais falou muitas vezes na necessidade de haver a manutenção daquele troço de via que sendo umas das principais entradas na cidade de Amarante não reunia os mínimos requisitos de segurança e de qualidade para uma verdadeira entrada central em Amarante. Verificamos que ao ser feita essa intervenção, também verificamos que a necessidade de ser feita não vem do último mês ou dos últimos dois meses, mas já vem ao longo dos últimos anos. Gostaria de falar um pouco dessa intervenção, porque é do conhecimento de todos e até de alguns que estão hoje aqui na qualidade de deputados municipais, mas que desempenharam funções de Vereação no passado, em que o PSD tinha um entendimento que era o de ter de se valorizar essa entrada de Amarante. Julgo que todos aqui concordamos que sim. Não importa estarmos, aqui e agora, a verificar se ela é a melhor ou não é. É a que temos. E é a que temos, fruto das condicionantes de termos uma auto-estrada muito perto. É o que é, ponto assente. Eu acho estranho, e o PS acha estranho, que numa altura em que se vai proceder à reabilitação dessa infraestrutura, numa altura em que há uma preocupação crescente em valorizar as cidades e as entradas nos centros das cidades, dando-lhes um espaço de transição quando se entra da malha periférica para a malha central, quando há cada vez mais a preocupação de fazer uma intervenção paisagística a Câmara Municipal de Amarante, que em 2011 tinha um entendimento diferente, nove anos depois entenda que não deve criar ali um espaço de melhor articulação de entrada na cidade. Se calhar, senhor Presidente, mais do que asfaltar novamente que é importante, que é necessário e que é urgente, que não se faça a programação só para os anos das eleições e que se programe uma intervenção de fundo que era ali necessário fazer, com espaços verdes, eventualmente com um separador central, mais largura de passeio e a substituição dos rails por guardas de segurança, enfim valorizar o espaço. Isto é uma questão que nos une a todos. Gostava de saber o que pensa agora para esse espaço, porque já sei o que pensava no passado.

O segundo ponto prende-se com um outro tema de que quero falar e do qual certamente ninguém discordará. Alguém aqui nesta Assembleia considera que a manutenção que é feita na ecopista de Amarante é suficiente? Alguém considera que a forma como a Câmara Municipal tem tratado um equipamento que é usado por centenas de pessoas, que é valorizado pelos Amarantinos, que o grau de manutenção que é usado naquele equipamento é satisfatório? Gostava de saber que avaliação faz o senhor Presidente do seu trabalho de manutenção naquele equipamento municipal. Quem é utilizador e nem precisa de ser regular e para isso basta lá ir de ano a ano, consegue perceber que o que estava estragado há um ano atrás, continua hoje estragado. Por isso, senhor Presidente, gostava de saber da sua voz se considera que a

manutenção que é feita por parte da Câmara àquele espaço é satisfatória? Estendia esta pergunta a mais alguns equipamentos desportivos, nomeadamente às piscinas de Vila Meã. É aceitável a falta de conservação a que temos assistido ao longo dos últimos anos nas Piscinas de Vila Meã? Eu pergunto se algum deputado municipal ou Presidente de Junta, acha satisfatória a manutenção que é feita nesse equipamento.

O terceiro ponto prende-se com o período que estamos a atravessar, difícil e exigente, neste período de pandemia do Covid-19. A minha perceção que pode até ser errada, mas é aquela que eu tenho, mas será também aquela que os Amarantinos também terão é que temos assistido a um laxismo crescente por parte da Câmara Municipal de Amarante, neste tema. Gostaria de saber que avaliação é que o senhor Presidente faz da utilização dos equipamentos municipais, no que diz respeito às restrições e às condições em que estão a ser usadas, e quais as medidas de segurança que foram implementadas. No que diz ainda respeito ao Covid-19, gostaria também de saber se a autarquia fez algum estudo de impacto económico da pandemia no tecido empresarial de Amarante até ao momento”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Eu, quanto à pavimentação de Geraldês quase que ia caindo da cadeira, porque eu pensei que o senhor deputado vinha cá dizer algo de positivo. Mas não. Nunca há nada de positivo. Como dizia um dia destes o Sérgio Sousa Pinto do PS, isto é a tal apresentação pela amálgama; mistura-se tudo para nunca haver nada de positivo, para se poder criticar e haver sempre o aspeto negativo das coisas. Então agora, o senhor Presidente, tinha de pensar que o prédio que ficou ali no meio, no Queimado, não devia ter existido e tinha agora de fazer uma divisória a meio e tinha também de fazer ali tudo do bom e do melhor. O que se viu aqui e o que se conclui é saber se o PS fez mal ou não fez? Agora, querem que o senhor Presidente faça o melhor possível, coisa que também eu quero e se puder fazer faça. Mas este tipo de argumentação vai até à lua. Quando o senhor fizer o Cine-teatro, vão querer que faça um outro equipamento. Se fizer um estádio de futebol, não chega porque vai ter de fazer dois. Se fizer uma estrada, tem de fazer dez. Para o senhor deputado, os municípios do PS aqui à volta fazem tudo melhor do que aqui em Amarante. O senhor deputado até já apelou aos municípios vizinhos do PS para se mobilizarem e ajudar o PS a ganhar as eleições em Amarante para ficar tudo um mapa cor-de-rosa, de modo a caminhararmos para a tal mexicanização do regime. Aqui em Amarante isso não vai acontecer porque quem manda em Amarante ainda são os Amarantinos que são quem vai votar nas eleições e que vão ver quem fez mal e quem fez bem. E depois, já não têm argumentos. Até é natural que a ecopista tenha problemas de limpeza. Vem sempre à conversa. Eu acho que bastava falar uma vez ou duas no problema, até depois de saberem que muitos dos problemas que estão lá, devem-se à deficiente construção que ali foi feita. Assim como também podia ter falado na Biblioteca e nas deficiências que aquela construção apresenta desde a sua remodelação inicial. Este Presidente é que vai ter de resolver tudo que vocês ou faziam mal ou não faziam. Este Presidente faz e admira-me que numa época em que está a acontecer tudo em Amarante se faça este tipo de oposição. Façam lá a oposição que quiserem. Usem os jornais, chamem as televisões, mas sejam sérios. Eu estou farto deste tipo de oposição. Eu, quando era opo-

sição nunca fiz isto. Fazia uma oposição séria e apresentava ideias e propostas alternativas. Não criticava nem ditava abaixo tudo o que se faz”.

### **CARLOS CÉSAR CARVALHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE MANCELOS**

No uso da palavra disse: “Há uns anos atrás vim a este púlpito reclamar e protestar, juntamente com a população de Mancelos, o porquê de nos terem tirado da Carta Educativa a escola nova para Mancelos. Na altura os nossos alunos tinham aulas em contentores. Não achávamos correto nem justo, mesmo dando as melhores condições possíveis e fazendo as obras que eram necessárias para conferir ao espaço o mínimo de condições. Continuamos a nossa luta até aos dias de hoje. E hoje estou aqui novamente para vos dizer obrigado. Mancelos tem uma escola nova, requalificada, digna, com boas salas, uma excelente cozinha e um excelente espaço de recreio. Agradecemos àqueles que connosco lutaram e acharam que Mancelos tinha de ter uma boa escola. Estão aqui incluídos o executivo de então, liderado pelo Dr. José Luís Gaspar e se permitirem quero aqui também agradecer ao falecido Dr. Jorge Mendes, que ao nosso lado contribuiu para que a escola fosse uma realidade. Quero também agradecer à Assembleia Municipal de então que votou favoravelmente a revisão da Carta Educativa. Mas o meu último agradecimento que é o mais importante, vai para o actual Presidente da Câmara e para o seu Executivo que há onze anos a esta parte defendeu comigo que Mancelos tinha de ter uma boa escola e que recentemente inauguramos. Senhor Presidente, os políticos tem de cumprir o que prometem. Os Mancelenses estão agradecidos, porque o senhor prometeu e cumpriu. Obrigado”:

### **SARA MACHADO – CDS/PP**

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Como foi anunciado pelo Senhor Presidente da Assembleia, e como era aliás já do conhecimento público, fomos todos convocados para o processo de eleição indirecta dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional a ter lugar no próximo dia 13 de Outubro.

Esta eleição resulta de uma alteração legislativa que teve por objetivo substituir uma nomeação, na sequência de um concurso, por um sufrágio.

É também do domínio público a concertação política entre dois partidos no sentido de distribuírem entre si lugares cuja distribuição deveria ocorrer, conforme lei que aprovaram, por via de um ato democrático.

A pública subversão do ato eleitoral para que fomos convocados, isto é, a concertação política entre dois partidos no sentido de distribuírem entre si lugares cuja distribuição a nós cabia, constitui o maior atentado aos princípios do Estado de Direito Democrático que alguma vez se viu na República Portuguesa.

Na verdade, fazer de conta que estamos a legitimar representantes políticos pelo voto, quando o que na realidade estamos é a legitimar a prévia concertação de dois partidos para assegurar o monopólio da representação política nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional é um gigantesco embuste.

Como é óbvio, não nos revemos nesta forma de arranjos políticos, que colocam em causa, perante o cidadão comum, a já reduzida credibilidade da classe política.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados desta assembleia, por tal razão, os membros do CDS nesta assembleia porque consideram que a forma de elei-

ção dos Presidentes das CCDRs não é um acto democrático, recusam-se a contribuir com o voto, razão pela qual não iremos comparecer a esta votação”.

### **JOSÉ LUIS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara disse: “Relativamente a algumas das questões colocadas pelo senhor deputado Hugo Carvalho, eu percebo que há coisas que ele não acompanhou de perto e por isso não sabe que a estrada que há pouco referiu era uma estrada provisória. Na altura que foi feito o IP4 e a A4 foi feito um projeto que tinha sido pensado durante muito tempo, para se fazer uma grande avenida com início no Arquinho. Esse projeto foi adulterado e a tal entrada provisória passou a definitiva. É verdade que o PSD desde sempre criticou e lembro-me que o candidato na altura, o Engenheiro Luís Ramos, usou uma expressão que fazia todo o sentido, porque dizia que “Amarante entrava sempre pela porta das traseiras”, porque efetivamente as entradas de Amarante não têm a dignidade que é necessária. É imperioso requalificar entradas. Não será seguramente esta, porque as condições desta via não tem capacidade para fazermos a dita entrada que Amarante merece, mas o projeto de entrada em Amarante está a ser feito. Já temos o estudo prévio afinado porque inicialmente havia um problema com cotas. Refiro-me à primeira saída, que passa junto ao supermercado Modelo e irá ter àquela primeira rotunda. A partir daí irá nascer uma verdadeira entrada. Vamos começar agora o projeto da estrada que inicia em Ponte de Pego até aqui à cidade, que em termos de entrada terá a dignidade que merece. Faltam efetivamente entradas e alguém terá de as fazer. Este Executivo sempre foi muito sensível a isso e aliás e a prová-lo está que ao dirigirem-se para aqui perceberam a sensibilidade deste Executivo no que diz respeito à requalificação. Ainda agora passaram aqui por um bairro que está a ser requalificado que há duas décadas aguardava que isso acontecesse. Está a ser feito agora. Vamos fazendo na medida do possível e dentro daquilo que as nossas capacidades financeiras permitem, por forma a poder acudir a tudo e a todos. Mas estas coisas demoram. Neste momento definimos como prioridade os parqueamentos. Arrancamos com um parque dentro da cidade. Neste momento já conseguimos desbloquear o problema do viaduto para podermos lançar o parque do Rossio. Dentro de um a dois anos teremos essa estrutura pronta. Não é o senhor deputado que quando desce a rotunda de Geraldês e desce para Amarante, que tem de nos dizer como deve ser a entrada. Nós sabemos. Mas aquela nunca será a verdadeira entrada em Amarante, porque não tem espaço. Volto a lembrar que aquilo era provisório e passou a definitivo. Estamos a fazer aquilo que nos compete que é melhorar o conforto de quem desce. No que diz respeito às verdadeiras entradas elas vão ser feitas, estão a ser planeadas, estão a ser pensadas e no tempo certo e na altura certa vão ser executadas. Pena é não podermos agora corrigir esta tal e qual foi pensada então, mas também alguém não quis que assim acontecesse. Mas acreditem que não foi este executivo.

Relativamente à ecopista temos feito intervenção. Metemos bebedouros que eram necessários e já vamos na terceira fase de limpeza das bermas. Estivemos a corrigir o problema estrutural dos drenos e vamos reparando aos poucos, mas primeiro estamos a fazer aquilo que é estrutural. Estamos a fazer o que não foi feito, não só ali mas em muitos outros locais. Começamos a corrigir as vedações, que ainda não concluímos porque entretanto os nossos carpinteiros tiveram de suspender aquele traba-

lho, porque vieram corrigir uma série de situações no interior das habitações do bairro Cancela de Abreu. Quando terminarem no bairro, regressam para concluir o que falta fazer. O senhor deputado tem de perceber que este executivo é sensível à qualidade de vida dos Amarantinos e de quem nos visita e, por isso, estamos a fazer outros trabalhos que serão orgulho para Amarante e que certamente o senhor deputado visitará.

Quanto às piscinas de Vila Meã e no âmbito da eficiência energética, tínhamos feito uma candidatura para ver se seríamos contemplados com alguma comparticipação, mas não o conseguimos. Estamos a ver se encontramos alternativas para corrigir algumas patologias. Quis o destino que fosse eu a corrigir alguns dos erros que no passado foram feitos.

Falou de laxismo. O senhor deputado não tem estado atento, até porque não só eu, mas muitos daqueles que estão aqui à minha frente que desde a primeira hora tem estado na linha da frente naquilo que diz respeito ao Covid -19. Os senhores Presidentes, todos sem exceção, fizeram um trabalho incedível em coordenação e em parceria com a Câmara e com a senhora Delegada de Saúde. Mas como o senhor bem sabe, ou pelo menos é suposto que saiba, alguns equipamentos para poderem abrir tem de ter autorização superior e neste momento estamos à espera que a senhora Delegada de Saúde possa autorizar a abertura de alguns dos nossos equipamentos. Da nossa parte foi feito tudo daquilo que era preciso fazer para cumprir com o formalismo legal e as normas legais. Quando for altura, alguém irá autorizar para que nós possamos abrir. Agora dizer que há aqui laxismo da nossa parte é exagerado e não é justo que o faça porque está a ir contra aqueles que de forma empenhada tem trabalhado por forma a criar todas as condições para que a vida continue a ser vivida em plenitude aqui em Amarante, sempre com a máxima segurança em todo o lado. O senhor deputado entende que deve usar esse tipo de linguagem porque acha que lhe fica bem, mas devo dizer-lhe que lhe fica muito mal. Deixem-me dizer a todos e que tal fique escrito em ata, que me sinto muito orgulhoso daquilo que estou a fazer desde o primeiro dia relativamente a esta matéria. Estendo o meu cumprimento a todos os técnicos da Câmara, a todos os senhores Presidentes de Junta e a todos aqueles que arregaçaram as mangas e fizeram acontecer, fazendo com que Amarante seja "vendida" como uma terra porque o é.

Quanto ao estudo de impacto económico, não tenho nenhum estudo neste momento. Tenho acompanhado muito atentamente aquilo que o governo vai falando relativamente a isso e portanto acreditando naquilo que o senhor Primeiro Ministro disse. Eu não tenho de estar apreensivo porque a economia está boa e recomenda-se. Quero acreditar que assim será. Obviamente estou a dizê-lo com ironia senhor deputado. Vivemos tempos difíceis e eu reconheço que os tempos são muito difíceis. Não estamos num país cor-de-rosa como muita gente apregoar que estamos. A nossa economia está frágil e eu não lhe sei mensurar em termos de indicadores quaisquer valores. Compete-me nesta primeira fase estar mais preocupado com questões sociais, com a questão de pessoas que possam estar a passar por dificuldades e criar condições para que no inverno que aí vem possa dar resposta a algumas situações que nos sejam solicitadas. Sei que irão acontecer algumas ações relacionadas com o Portugal 2020, que destinará algumas verbas para podermos fazer face à crise, ajudando as pequenas e médias empresas para que elas possam sobreviver. Espero que haja uma reafectação de verbas no sentido de poder ajudar aqueles que precisam.

Quanto à escola de Mancelos, quero apenas dizer que está espetacular. Obrigado pelo elogio, mas o elogio é vosso porque os Mancelenses lutaram por ela e por isso neste momento as crianças de Mancelos tem uma escola em condições. Vamos agora concluir o que falta, para assim respeitar os propósitos da carta educativa “.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Senhor Presidente, a sua resposta demonstra bem que se calhar não tem o foco correto nesta altura do Covid, porque dizer com ironia que a questão económica de Amarante não o preocupa porque o senhor Primeiro Ministro diz que a economia vai estar bem, até está enganado, porque aquilo que os indicadores dizem do país é que a economia vai entrar em recessão. Mas até lhe digo mais senhor Presidente; o país podia estar a crescer e a economia em Amarante podia estar a cair. Isso é uma preocupação para todos os que estão aqui dentro desta sala. Aparentemente não é uma preocupação para o senhor Presidente de Câmara. Eu acho que devia ser mais rigoroso. O senhor Presidente, que alimentou durante anos uma estrutura específica para ligar a área empresarial como o Investe Amarante numa altura em que há uma crise económica a abater-se sobre o território, o senhor Presidente consegue dizer que não tem dados. Particularmente acho curioso, mas devo-lhe dizer que esta assembleia sirva, para que o senhor Presidente da Câmara perceba que há um membro desta Assembleia Municipal, eleito pelos Amarantinos, que está a alertar para um ponto que parece muito importante e que pelo menos esta assembleia sirva para que, o senhor Presidente, junto dos serviços possa conseguir esses dados. Quanto mais cedo Amarante tiver as ferramentas para poder analisar o impacto que o Covid vai ter na nossa economia, melhor podem ser as nossas respostas e melhor pode o senhor Presidente de Câmara chegar junto de ministros do governo e apresentar quais são os pontos em que Amarante precisa de mais apoio. É melhor estar preparado para assumir os desafios. Não fiquei tranquilo com a sua resposta. Devo dizer-lhe que alguns autarcas vizinhos já o fizeram. Pode não ser da forma mais exaustiva possível, mas já começaram. Era bom que Amarante tivesse essa preocupação e que esta Assembleia saiba recolher este contributo do Partido Socialista.

Sobre os equipamentos municipais também é muito redutor dizer que não se conseguiram abrir porque as normas da DGS ainda não deixaram. O PS não veio aqui questionar o que podia ou não abrir. Eu apenas venho demonstrar a minha preocupação porque ao chegar ao terminal de autocarros em Amarante não ter a sinalização da lotação de quantas pessoas podem estar dentro do edifício, de não ter gel desinfetante em nenhum espaço desse edifício, de não ter as cadeiras bloqueadas que impeçam o contacto próximo das pessoas. Estou a falar de questões simples que quando não se fazem poem em causa populações, muitas vezes de risco, que frequentam o espaço e sendo assim estamos a pôr por laxismo a saúde dos Amarantinos em risco. Podemos corrigir e fazer mais.

Quanto às piscinas de Vila Meã, também acho que é muito fácil vir aqui de dizer que foi feita uma candidatura para fazer obras. Faça-lhe uma nova pergunta: há quanto tempo não faz a manutenção das piscinas de Vila Meã?

Relativamente à ecopista e se por acaso o senhor Presidente passou na ecopista no último ano vai perceber que há uma derrocada num talude que bloqueia parte da ecopista. Na zona da ponte do rio Santa Natália, no sentido da Chapa para a cidade,

vai verificar que falta uma guarda de segurança que deixa a descoberto um talude muito alto, seguramente com mais de 15 metros. É preferível dizer que está a falhar e que vai procura fazer melhor, porque efetivamente a autarquia está a falhar. E deixe que lhe diga que a ecopista também é uma entrada na cidade de Amarante, principalmente para aqueles que vem por via dessa ecopista.

Também acho caricato que tenha dito que “*nós vamos tratar das entradas do nosso concelho*”. Sempre que estamos numa Assembleia Municipal, o senhor Presidente diz-nos sempre que vai iniciar um projeto. O melhor será fazer mais assembleias porque assim iniciam-se mais coisas. Vamos ser honestos; a ligação da Ponte de Pego até aos estaleiros da Câmara Municipal já devia estar concluída há muito. O senhor já é Presidente há sete anos. O senhor Presidente, irá reconhecer com alguma justiça que nessa pode contar a segunda fase. A primeira fase até já está feito e o arranjo até é bastante bonito, desde Sta. Luzia até aos armazéns da Câmara. Quando fizer dos armazéns até à Ponte de Pego vai dizer que vai fazer a fase 1 da nacional 15. Não vai, porque não fazer a fase 1, mas nem que faça, essa zona já merecia uma nova valorização. O senhor Presidente não faz porque não definiu isso como prioridade. Há uma parte que já foi feita e o senhor desde que é Presidente de Câmara não fez nenhuma. Relativamente à entrada em Cepelos, com toda franqueza acha que seria legítimo que eu dissesse que em 1989 quando o PS assumiu a Câmara teve de resolver aquele problema, aquela estrada de terra que nos deixaram. Vamos fazer um debate político mais sério. Sabemos que aquela entrada não é a melhor. Dá para melhor, dá e muito. O senhor Presidente disse que era preciso melhorá-la, mas quando chegou à altura melhorou-a? Os senhores deputados do PSD estão satisfeitos com essa intervenção? Acho que ninguém está porque estamos a gastar dinheiro com uma coisa que devíamos melhorar. O senhor Presidente podia melhorá-la mas não o está a fazer.

Quero perguntar ao senhor deputado António Araújo, a quem peço uma resposta com toda a franqueza se acha que podíamos fazer melhor no acesso a Geraldês do que o que estamos a fazer agora? Há atas de 2011 com intervenções do senhor deputado a pronunciar-se sobre isso.

Quanto às eleições para a CCDR, devemos respeitar democraticamente a opinião do CDS, porque eu também preferia que em vez de eleger a CCDR estivéssemos a fazer a regionalização. O CDS não prefere, porque nunca o votou. Eu preferia porque como regionalista convicto o país avançaria com a regionalização. Esta foi a solução possível, que embora com virtudes e com defeitos, mas eu sinto que quem elegeu os Presidentes de Junta, também os mandatou para poderem tomar decisões e por isso não posso diminuir que a tomada de decisão baseada naqueles que estão eleitos pelo povo amarantino para definir os destinos de Amarante, que tenham voto de confiança para definir uma maior democratização de um órgão que carece de uma importância estratégica para todos os municípios na região norte. O CDS ao abster-se desta discussão está a desvalorizar um mandato de confiança que os cidadãos amarantinos nos deram enquanto deputados municipais, mas também aos senhores Presidentes de Junta como representantes do território”.

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Senhor deputado o que nasceu torto, pode-se ir reparando mas nunca se endireita. Quanto à entrada do outro lado, a primeira fase, de al-

guns metros foi feita até ao café Machado, mas durante os 24 de mandato do PS fizeram aquele bocadinho. Porque é que não fizeram o resto? Durante 24 anos não tiveram tempo de fazer do café Machado até lá acima à rotunda? É mais uma para esta Câmara fazer. Eu também acho que deviam já ter feito a Avenida Alexandre Herculano há muitos anos. Deviam ter feito o quartel da GNR há muitos anos. Deviam ter recuperado o Bairro Cancela de Abreu há muitos anos. Deviam ter feito o Cine-teatro há muitos anos. Deviam ter feito as termas há muitos anos. Deviam ter feito o parque do Rosio há muitos anos. Deviam ter feito a avenida em Vila Meã há muitos anos. As entradas de Amarante, desde que eu cá cheguei, acerca de trinta anos estiveram sempre assim, mas não deviam de estar. Não tiveram tempo? É que agora, já estamos a passar para outro patamar e estamos a resolver problemas que já deviam estar resolvidos há muito tempo e que se calhar na altura com fundos de financiamento muito maiores do que agora, inclusivamente com fundos europeus e tudo o que agora andamos a fazer podia ter sido feito.

Quanto à economia, parece que agora o senhor deputado já se preocupa com a economia, porque a primeira reunião a que eu assisti como Vereador na Câmara Municipal dizia que era preciso facilitar e ajudar as empresas e respondiam-me que isso era com os privados. A ideia na altura, pelo menos para parte do Executivo é que economia era para os privados. Se agora não está a correr bem esperemos que corra melhor para o futuro porque a ideia é boa e parece estar a correr bem. Também já vi que tudo o que é do PS, à nossa volta, está a correr melhor e sempre melhor que o que é nosso. Pelos vistos, nós somos para aqui uns pacóvios, não sabemos fazer nada, somos uns tristes. Até hoje, os nossos números são muito melhores dos que os dos municípios aqui à volta e de igual dimensão. Espero que continue assim. O senhor deputado bem sabe que para se poder abrir nesta altura um pavilhão tem de haver autorização do Delegado de saúde. Quem é que vai arriscar fazê-lo se assim não for? E depois se acontece alguma coisa quem é que fica com a responsabilidade? As pessoas têm de ter cuidado, nos tempos que correm com as decisões que tomam. Quem está habilitado para tomar essas decisões são as autoridades locais de saúde.

Quanto à limpeza, só não vê quem não quer a dimensão das coisas. Ainda há pouco tempo limparam toda a avenida 1º de Maio e à volta do Tribunal. Já está tudo a outra vez a nascer. Isto é de uma dimensão incalculável. As coisas mudaram. Há muitos mais equipamentos para limpar e eu compreendo as dificuldades. Durante dois ou três meses provavelmente o pessoal de limpeza da Câmara esteve em casa como os outros também estiveram. Nesta fase temos de ter alguma compreensão neste assunto.

Fiquei a saber que para o senhor deputado o que se faz em Amarante não interessa para nada. Tudo o que está à volta, sendo socialista corre bem, é competente, é eficaz, tem planos para tudo e por isso não têm problemas nenhuns. O senhor Presidente tem de começar a fazer planos, porque agora a moda é fazer planos. O problema é depois concretizá-los, mas tem de os fazer”.

#### **FERNANDO J. MOURA E SILVA – CDS/PP**

No uso da palavra disse: “O assunto que aqui me traz, não se prende com o facto de eu já ter alguma idade e não me permitir ser suficientemente tolerante e poder em alguns momentos receber recomendações ou indicações de tolerância. Não é nada

disso. Eu, pessoalmente mas também em nome do CDS, gostava de dizer que nós temos dificuldade e não aceitamos mesmo lições de democracia de ninguém. Para nós o voto deve ser sempre universal. Para nós o voto do povo, é do povo. Para nós o voto do povo tem tanto valor, sendo esse povo um cidadão ilustre, um académico prestigiado, um cidadão anónimo ou um cidadão iletrado. Nós somos adeptos de um cidadão um voto, embora haja quem assim não entenda. A propósito desta votação que o senhor Presidente aqui nos convocou, para o dia 13 de outubro, o CDS, não de hoje mas de outras alturas, já manifestou e entende que este processo é uma autentica farsa e é um atentado à democracia representativa e acima de tudo um atentado à democracia participativa. À representativa porque este colégio eleitoral de Amarante, que tem cinquenta e tal mil eleitores tem menos expressão eleitoral do que muitos concelhos desta região com menos eleitores, mas que têm mais votos neste colégio porque cada assembleia vota de acordo com o número de membros que tem na assembleia. Há concelhos na nossa região que tem menos eleitores mas tem muitos mais deputados municipais. Se cada colégio é que vota, nós achamos que esta forma de eleger o Presidente e os Vice-Presidentes das comissões cria aqui uma distorção na democracia representativa, ainda que nós achamos que este processo devia ser um processo não por democracia representativa, mas sim por democracia participativa. Cada cidadão da sua região, um voto. Essencialmente por quatro razões que quero deixar bem claras. Primeiro porque a escolha do Presidente e dos Vice-Presidentes foi decidido por um acordo que foi feito na Assembleia pelo PS e pelo PSD, porque a s eleições neste processo são uma farsa. Entende o CDS que os candidatos a desempenhar estes cargos deviam nascer de forma espontânea, com um projeto para a região e defendê-lo em sufrágio, o que não é o caso. Segundo e sondando a mente de quem promoveu tal processo, verificamos que este acordo encontrado entre os dois partidos, não é mais do que uma repartição de lugares que aliás já estão combinados. Segundo a Fundação Aliança para as Democracias, Portugal é o terceiro país onde menos se acredita nos governantes porque os cidadãos entendem que o seu voto em nada vai contribuir para alterar a decisão dos políticos. Entende por isso, o CDS, que as direções das Comissões de Desenvolvimento Regional deverão nascer de candidaturas espontâneas e protagonizadas em projetos próprios que se identificassem com a região e que fosse para além dos partidos. O CDS não entende e não aceita como foram definidos os colégios eleitorais. Na verdade existem colégios eleitorais de noventa e quatro eleitores apesar dos cidadãos eleitores desse concelho serem somente trinta e nove mil. Amarante tem cinquenta e tal mil eleitores. O colégio eleitoral tem apenas cinquenta e três votantes, o que leva a que Amarante fique prejudicada neste quadro de colégio eleitoral definido. Senhor Presidente

Não nos move nada contra os Presidentes de Junta, antes pelo contrário. Move-nos acima de tudo uma ação política contra a lei que foi encontrada e que em nosso entender é uma forte distorção aos valores democráticos contra quem as autarquias há muito lutam”.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “Venho cá porque eu sou um daqueles que sempre criticou as entradas na cidade de Amarante, quando estava na oposição, quando fui Presidente da JSD de Amarante e desde 2005 quando comecei a sentar-me nesta Assem-

bleia Municipal. Critiquei especificamente a entrada de Geraldês principalmente quando foi feita a intervenção que ligou o caminho que hoje temos e que passa pela central de camionagem, rotunda da Vinha, no viaduto e na subida para Geraldês até à rotunda. Critiquei porque o momento para intervir naquele acesso, foi aquele. Foi naquele momento que ficaram por fazer 400 metros até à rotunda de Geraldês hoje e em que aí sim a intervenção podia ter sido estruturada. Não é agora, com algo que está completamente consolidado e onde na altura, o que ficou por pavimentar, porque a pavimentação acabou no viaduto, quando agora se pavimentou aquilo que na altura ficou por fazer. Aí nessa altura criticamos. Aí nessa altura eu critiquei. Eu não acho que esteja bem. Acho é de devemos ter opções e hoje fazer ali uma intervenção maior, não sei e tenho muitas dúvidas que fosse uma verdadeira prioridade. A pavimentação é necessária, como tem sido muitas repavimentações nestes últimos sete anos. Faz hoje sete anos que nós acordamos a seguir à vitória e faz hoje sete anos que nós começamos também a fazer coisas que não estavam feitas há mais de vinte e quatro anos. Uma delas foi planear e dar prioridade. Faz-me alguma confusão quando numa noite de uma Assembleia Municipal se concentra o discurso numa pavimentação de cerca de quinhentos metros quando nós estamos a requalificar o Solar dos Magalhães, a avenida Alexandre Herculano e muitas outras obras e por isso faz-me confusão que nós concentremos o nosso discurso e a nossa oposição nessa mera pavimentação resultante de um projeto que ficou mal feito desde a altura do IP4 à A4, mas acima de tudo teve oportunidade de ser corrigido numa obra que foi estruturante e que todos conhecemos que nos leva à rotunda da Vinha para irmos para Geraldês. Antes, tínhamos ali um cruzamento que ia para mais ou menos em frente às bombas da gasolina da Petro Fregim, aí sim, faltou e aí sim, criticamos porque naquela altura falhou. Hoje acho que as prioridades têm de ser outras. Mais importante também, é nós hoje percebermos que a estrutura da InvestAmarante, tenha vindo ao longo dos anos, desde que está criada a desenvolver um conjunto de parcerias, de pontes e de contactos que nos permitem hoje fazer com que Amarante seja hoje uma terra que tem intenções de investimento que nós queremos que se concretizem. Há sete anos atrás tínhamos poucas intenções de investimento. Hoje se virmos os nossos relatórios verificamos que já são mais de noventa. O que me preocupa é que nós tenhamos a capacidade para que depois da pandemia, nós consigamos manter este ritmo e consigamos que essas parcerias, essas pontes e esses contactos, consigam dar frutos. Sabemos que estamos inseridos numa área muito dependente do turismo que foi muito afetada, sabemos que a retoma economia se vai fazer com estratégia, com plano e nós temos a sorte de há uns tempos para cá termos esse planeamento, essa intenção e esse trabalho. É importante percebermos o impacto que a pandemia tem em Amarante, mas mais do que isso é importante percebermos e conseguirmos concretizar o trabalho que tem vindo a ser feito pela InvestAmarante se concretizem e nenhuma das intenções esmoreça por causa da pandemia”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Eu gostava que o senhor deputado Carlos Carvalho tivesse continuado a sua intervenção porque eu estava a tirar umas notas e precisava de mais tempo para conseguir completá-las mas já irei. O PSD já governa Amarante há uns anos e tem de perceber que quem governa tem de fazer. E vão fazer coisas que nunca foram feitas, vai melhorar coisas que já foram feitas e não vai fazer muitas que

em tempos já foram feitas. É o normal. Mas eu acho que é uma falta de ambição muito grande quando se diz - "isto está mal", mas é possível melhorar ou não? Senhor Presidente, fale com as equipas de projetistas com quem tem trabalhado. É possível ou não? É possível melhorar facilmente e com muito impacto a estrada que estamos agora a falar. É um repto que lhe lanço. É possível fazer mais e de forma simples. Eu gostei de ter ouvido o senhor deputado Carlos Carvalho dizer que no passado defendeu que aquela estrada devia ser melhorada e se calhar defendeu bem, mas esperava hoje ouvir o Carlos Carvalho dizer que também hoje podiam fazer mais. Em 2001 eventualmente estava certo, mas daqui a alguns anos terá de reconhecer que em 2020 o PS estava correto nessa apreciação. O que estava mal pode ser sempre melhorado, mas eu gostava hoje de dizer aquilo que este executivo não precisa de fazer: taxa de cobertura de abastecimento de água e saneamento em Amarante. Querem comparar com a região? Quem é que o fez. Podemos comparar com a região e até com o país. Quilómetros de pavimentações de estradas que hoje o senhor Presidente diz e bem, que são difíceis de manter. Em 1989 estava tudo pavimentado? Pavilhão municipal, piscinas de Vila Meã, piscinas de Amarante, dois estádios de futebol, pavimentação da rua 1º de Maio, pavimentação de uma ligação de Amarante a Vila Meã, centro escolar de Travanca e do Marão, centro escolar Ilídio Sardoeira, centro escola Luís Van Zeller de Macedo e escola do Tarrafal. Foram feitas ou não? Estão feitas ou não? Vamos ser honestos. Este é o tempo do PSD governar, enquanto os Amarantinos lhe derem essa confiança, é tempo de corrigir aquilo que estava mal, é tempo de fazer o que não foi feito, mas também é tempo de o PSD se lembrar que quando chegou à Câmara Municipal muitas coisas já estavam feitas. Uma delas, senhor Presidente e bem, é a continuação de redes de IPSS e da carta social do nosso concelho que está implementada e enraizada e onde o senhor Presidente pouco ou nada mexeu porque efetivamente estava a resultar bem e hoje dá provas disso. Por isso senhor Presidente deixo-lhe um repto final: neste período de Covid olhe novamente para os equipamentos municipais, para aqueles que podem estar abertos e que possam ser usados pelas pessoas e não aqueles que ainda não tem indicações para isso e tome precauções para que a pessoas os possam usar nas melhores condições de segurança".

#### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: "Quando falei em 2011 na Rua de Geraldês, foi porque pensei que o nivelamento das duas rotundas não era o adequado à segurança e continuo convencido que na altura quando fizeram aquilo, eu alertei o executivo da altura para isso, porque acho eu, aquele nivelamento não está bem feito.

O senhor deputado Carlos Carvalho disse uma coisa muito importante. A tática de argumentação é muito importante e existe. Quem estudou comunicação sabe como é que é. Porque é que hoje, quando a rua que vem de Geraldês está a ser requalificada, o senhor deputado Manuel Pinheiro de certo modo contribui para isso, não veio cá dizer que afinal sempre está a ser feita? Eu se fosse do PS, eu quando passasse na Avenida Alexandre Herculano, eu quando passasse no Cineteatro, eu quando passasse nas termas, eu quando passasse no bairro Cancela de Abreu, e não estamos a falar em 400 metros de estrada, mas sim em investimentos estruturantes e de grande dimensão, imaginem como é que eu ficaria. Eu se tivesse estado 24 anos a governar e depois visse que em sete está a ser feito tudo isto, meus amigos eu chorava de frustração e desespero por não ter conseguido fazer o que se fez agora. Mais franco do que

isto eu não posso ser. O senhor deputado exigiu franqueza e esta é a minha franqueza. Mas não temos de estar frustrados porque isto é bom para todos nós. É claro que os municípios do PS à nossa volta fazem sempre melhor do que nós, mas nós também fazemos alguma coisa de jeito, de dimensão e de relevo. Mesmo que venham para aqui engrossar e mobilizar os socialistas de outros municípios, os Amarantinos vão sempre ver os que é que nós estamos a fazer. Não podem vir para aqui dizer que não se fez, ou não se faz. Agora podem é também vir dizer que se podem fazer muitas outras coisas, usando a tal argumentação da amálgama que pode ir até ao infinito.

No fundo o que interessa é que tudo isto corra bem numa altura muita crítica para todos nós e isto deve atenuar-nos um bocado neste combate político. Mas reparem numa coisa; nesta fase em que é tão crucial o investimento, Amarante está com um volume de investimento muito grande que começou quando não havia esta situação mas até por isso mesmo, irá ajudar a atenuar os efeitos negativos da mesma”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra foi de seguida dada a mesma ao senhor Presidente da Câmara.

### **JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “Vou dar a palavra ao Vereador André Magalhães porque eu gostava que ele falasse de algumas ações que temos na área económica. Antes quero dar duas notas muito breves. A avenida Alexandre Herculano está ser requalificada mas não considero que seja uma obra estruturante porque estruturante será uma fase da verdadeira entrada em Amarante que irei fazer. Há pouco o deputado Carlos Carvalho referiu que passaram sete anos sobre o ato eleitoral que nos elegeu e portanto fez ontem sete anos que os Amarantinos quiseram que alguém arrumasse a casa e nós começamos por abrir as portas, as janelas, arejamos a casa e começamos departamento a departamento a trabalhar. Nunca se faz tanto em tão poucos anos. Aliás vamos esperar até final do ano para ver a quantidade de obras que estão agora em marcha e as que vão arrancar. Obras estruturantes, obras pensadas e integradas numa lógica de desenvolvimento. Obras necessárias há muitas décadas. Em sete anos conseguimos materializar aquilo que era a vontade dos Amarantinos de há décadas e que efetivamente estão a ser feitas obras emblemáticas e importantes. Estamos também a requalificar algumas estradas que nunca serão verdadeiras entradas, mas que também precisam de requalificação. Mas a verdadeira entrada em Amarante há-de ser feita com a dignidade que necessita. Antes de passar a palavra quero dizer que relativamente ao talude da ecopista, fizemos o projeto, mandamos para IP e estamos à espera de autorização para podermos fazer a intervenção no talude que o senhor deputado falava.

Foi então passada a palavra ao senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES**, que no uso da palavra disse: “Sobre a questão levantada pelo senhor deputado Hugo Carvalho, e para esclarecer aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido na área económica durante a pandemia, quero esclarecer que efetivamente não elaboramos nenhum estudo sobre o impacto económico. Temos elaborado alguns estudos pré-pandemia e continuamos a fazê-lo, mas ainda hoje temos uma grande dificuldade em conseguir dados que muitos organismos públicos não facultam. Uma das coisas que nós fizemos desde o início da pandemia foi estabelecer um diálogo estruturado e uma auscultação constante com aqueles que são os verdadeiros agentes da economia. O

município através do InvestAmarante e de outros intervenientes, tem tido um contacto permanente com as associações empresariais e com as cooperativas. Já reunimos diversas vezes com a rede de embaixadores empresariais onde temos discutido cada um dos pontos mais sensíveis da economia local. Temos reunido diversas vezes com o grupo estratégico do turismo que reúne dezenas de agentes económicos locais. Temos também, ao longo dos últimos três meses, acompanhado um grupo de trabalho na área da produção vinica exatamente para discutir projetos de longo prazo, mas também a adaptação àquilo que é o período da pandemia. Fruto desse trabalho em rede com esses parceiros, lançamos nos últimos tempos uma campanha de relançamento do turismo por forma a combater os efeitos nefastos que a pandemia tem tido nesta área, que teve resultados visíveis, como seja o vídeo que foi lançado acerca de duas semanas que alcançou dezenas de milhares de pessoas. Tivemos também uma publicação na Time Out Portugal dedicado ao destino Amarante. Associamo-nos ao lançamento do cartão solidário que estará para breve, juntamente com as associações empresariais. Neste momento estamos também a integrar um projeto na área da empregabilidade e muito antes da pandemia começamos um plano estratégico para a indústria que com os novos dados da pandemia tem sido adaptado.

Faz hoje quatro anos que o InvestAmarante foi lançado publicamente. Olhando em retrospectiva posso dizer que estou grato por fazer parte deste projeto e outro de orgulho por tudo o que foi alcançado e acima de tudo tenho a convicção que estamos no caminho certo. Ao longo destes últimos quatro anos muita coisa foi feita: UVVA, Unesco, terrenos industriais, projeto Douro Batch em que num deles somos lideres, uma publicação económica, projeto RUA, rede de embaixadores, código fiscal, projetos de investimentos novos, projetos de turismo sustentável, uma nova aplicação de turismo, um projeto premiado pela Secretaria de Estado do Turismo, entre muitas outras coisas. Durante quatro anos em nenhum destes projetos nós tivemos por parte da bancada do PS algum tipo de referência minimamente condizente com o impacto que eles geraram e que ainda hoje estão a gerar. Dos sete anos que o PS tem estado na oposição, as duas propostas sobre a atividade económica, para além das críticas e da acusação da falta de informação, foi o não implementar a Derrama ou então algo relacionado com o IRS. Fora disso têm sido um deserto e um vazio de ideias e assembleia após assembleia, da parte do PS, tem sido um vazio de propostas”.

Esgotado o tempo para este período da reunião, passou-se de imediato ao **Período destinado às intervenções do público** que previamente se inscreveu para o fazer. Assim, usou da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que disse: “No bairro Coronel Carvalho de Lima, que fica próximo do tribunal, aluiu parte do passeio e parte do terreno da moradia contígua, à volta de três anos e o problema continua, para quando a sua resolução?

O que nos pode dizer de novo, relativamente à casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes? as posições da associação Marânus vêm de encontro às da camara?

E a do bispo D. Manuel Vieira Pinto, em Aboim, o que nos pode adiantar?

Quanto á tarifa social da água, que se abordou na última assembleia, gostaria de dizer o seguinte: dizer-se que todas as outra faturas sofreriam com isso, denota, por um lado desconhecer o que é viver em comunidade, que não se compadece com atitudes individualistas (egoístas), por outro ignorar uma outra tarifa social, que é a da electricidade e que também se reflete nas outras faturas e no entanto continua; ora, se

existe a tarifa social da luz, por maioria de razão faz sentido a da água, já que se trata dum bem vital. Se o problema está no facto das outras faturas refletirem essa ajuda, o município tem bom remédio, que é abrir mão das parcelas lixo e saneamento, contidas na fatura da água (que revertem para os cofres da autarquia, penso eu), daqueles agregados de baixos rendimentos, librando deste modo os outros munícipes de verem refletidos na sua fatura os apoios com a tarifa social da água”.

Como mais ninguém se inscreveu, foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que em resposta às questões anteriormente colocadas começou por dizer: “Agradeço a chamada de atenção para o passeio que aqui falou e vou tentar saber o que é que se passa.

Relativamente à casa de Pascoaes era suposto haver uma assembleia para a cedência à Câmara Municipal de Amarante, mas com a pandemia não houve oportunidade de o fazer e portanto enquanto isso não acontecer, não terei qualquer hipótese de poder avançar com qualquer tipo de obra. Portanto, vamos ver se vão haver condições para a Associação Marânus fazer aquilo a que já se comprometeu há uns anos, até porque a casa começa a apresentar muitas fragilidades. Só depois disso a Câmara poderá fazer aquilo a que se comprometeu e para a qual até já tem um projeto feito e aprovado.

Relativamente à casa de Aboim, já temos um empréstimo aprovado para a sua aquisição, mas entretanto o senhor bispo faleceu e os nossos serviços estão a ver que forma terá de ser encontrada para a sua aquisição.

Relativamente à tarifa social vou dar a palavra à senhora **VEREADORA LUCINDA FONSECA** que no uso dela disse: “Penso que a questão que o senhor Adelino colocou tem a ver com a imputação ou não dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos no tarifário dos munícipes. Se a questão é realmente essa, não é legalmente possível porque todos os custos relacionados com a gestão dos serviços devem ser imputados aos utilizadores e os serviços tem de ser tendencialmente sustentáveis.

Entretanto o senhor Adelino usou de novo a palavra para melhor poder esclarecer a sua pergunta e perante isso a senhora Vereadora disse-lhe: “ A única responsabilidade de custos que temos em relação à recolha dos resíduos sólidos urbanos, por força da lei tem de ser imputados aos munícipes. Todo o custo relacionado com a gestão deste serviço tem de ser refletido no custo do serviço, tendo de ser garantida a acessibilidade ao serviço, ou seja o aumento desse custo deve ser feito com ajustes graduais e por isso é que nas faturas que recebeu, o valor do custo real não está totalmente refletido na fatura. Há uma grande parte do serviço, que é suportada pelo município e tem um valor aproximado de meio milhão de euros. Esse ajuste na tarifa foi devidamente validado pela ERSAR, mas deverá ser gradualmente aumentado por força da lei até atingir a sustentabilidade do serviço. Portanto, a sua proposta não pode ser legalmente acolhida pelo município.

Quero também informar que foi recentemente aprovado em conselho de ministros, sem consulta aos municípios, sendo que nem a ANMP foi ouvida acerca desse assunto, uma lei que aumenta para 2021 a TGR em 100% , que anteriormente era de 11 euros por tonelada de resíduos em aterro e foi aumentada para 22 euros por tonelada.

O senhor Presidente retomou a palavra para dizer que já houve entretanto uma tomada de posição da ANMP, que não adiantou nada porque a decisão já estava to-

mada em conselho de ministros. Estamos a falar de uma duplicação. Nós, nos resíduos sólidos urbanos, estamos a fazer um ajustamento, por imposição da lei, porque qualquer serviço prestado devia ser sustentável, mas estávamos a ter um prejuízo de 800.000 euros, mas estamos paulatinamente ao longo dos anos a tentar recuperar com autorização prévia da ERSAR. Neste momento o prejuízo andarà à volta do meio milhão de euros, que estamos a procurar diminuir ano após ano. A ideia é que impacto na fatura dos amarantinos não seja muito forte. Agora, acontece que fomos surpreendidos com esta notícia e a taxa de resíduos vai passar de 11 para 22 euros a tonelada, criando um impacto na fatura da Câmara na ordem dos 400.000 euros. Isto é complicado para nós e este não é certamente o caminho porque a ideia é fazer com que haja mais separação, mas primeiro temos de ter estruturas para poder separar e recolher. Vai ser um descalabro total”.

Terminado este período da reunião passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, iniciando-se então a discussão da agenda da ordem de trabalhos- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

#### **CÂNDIDO ZOIO - PS**

No uso da palavra disse: “Vou fazer a minha análise a este relatório quer no que diz respeito à parte física, quer no que diz respeito à parte orçamental até à data de 31 de agosto, ou seja cumpridos oito meses deste exercício. Lamento ter que começar assim, mas acho que vou fazer chorar o Dr. Araújo porque olhando para os números fico-me já pela execução financeira. Aprovamos em 18 de dezembro de 2019 um orçamento de cinquenta milhões e meio de euros. Estamos a dois terços desse exercício e executamos até agora cerca de 39%, ou seja dezanove milhões e setecentos mil euros. O que eu gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que levou a tão baixa execução orçamental e desse as explicações necessárias, porque efetivamente há muitos projetos, mas execução afinal não há muita.

Queria questionar ainda o senhor Presidente da Câmara acerca de uma carta que todos os encarregados de educação receberam relativa ao cartão escolar que trazia o novo cartão escolar pré-pago. Este novo cartão vai substituir os cartões antigos. Depois de ter lido atentamente as explicações e porque se tratava de um novo cartão que funcionará de forma diferente. Uma das questões diz: *como carrego o meu cartão com custos associados*. Diz a resposta – *o primeiro carregamento do mês não tem custos para o utilizador. Os restantes carregamentos do mês tem um custo de trinta cêntimos*. As perguntas que eu faço são simples. Quem anda no mundo das escolas todos os dias vê muita dificuldade económica e nem toda a gente consegue carregar logo aquilo que será necessário para os alunos. Por vezes há necessidade de fazer carregamentos diários, sendo certo que este é um modelo diferente do que tem de se carregar através do multibanco ou paypal, pergunto se este custo vai mesmo ser incorporado no cartão colocando assim mais dificuldades naqueles que mais precisam e menos têm. Nem toda a gente tem montante suficiente para efetuar de imediato o carregamento. Se for em casos de famílias numerosas este custo ainda mais significativo vai ser. Além do mais, é a dificuldade que se coloca logo no início do ano letivo e já com o ano a decorrer como é que aqueles que não tem acesso imediato à internet, poderão fazer

esses movimentos. Vai haver algum apoio da escola ou da Câmara para ajudar os alunos nestas atualizações e registos? Porque se mudou um sistema que até hoje funcionou tão bem? Porquê esta mudança tão radical? Portanto, são estas as duas questões que levanto. A primeira é saber o porquê de uma execução tão baixa. A segunda o porquê da mudança para este sistema de cartões que vão imputar mais despesas ao encarregado de educação”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse: “Relativamente a este ponto queria fazer duas ou três observações. Então o senhor Presidente agora é acusado de não executar, mas quando no fim do ano houver a taxa de execução espero que o senhor deputado venha cá dizer que afinal a taxa é boa. Nunca houve um volume tão grande de investimento em execução como se verifica este ano e eventualmente no próximo ano. Quanto à taxa de execução não vou chorar. O senhor deputado deve ser daqueles que chora quando passa na Avenida Alexandre Herculano, no cineteatro, nas Termas, etc.

Quanto ao ensino, antes funcionava tudo muito bem. Agora vai funcionar mal. Vai levar dinheiro aos pais. Se for bem gerido carregam só uma vez por mês, mas há-de haver uma justificação para isso. Antes é que funcionava bem. Mas eu avisei o senhor Presidente, antes da descentralização de competências. Agora é tudo muito fácil, porque passa tudo para cima da Câmara. Já agora senhor Presidente, o pavilhão onde nos encontramos é um daqueles que o PS não pôs na lista para a remoção do amianto. Qual o ponto de situação relativamente a este pavilhão e à escola da Torreira que também não foi incluída pelo Governo na lista de equipamentos para a remoção do amianto”.

### **HELENA PORTELA - PSD**

No uso da palavra disse: “A escola de que há bocado alguém falou, não se chama escola do Tarrafal, mas sim Amadeo de Souza-Cardoso, onde está a ser construído um pavilhão, obra deste executivo, que não tinha obrigação de a fazer. Este executivo, como todos os outros por esse país fora, tem agora a obrigação de gerir matérias que competiam às direções dos agrupamentos como, por exemplo, as compras, as cantinas. Foram dizendo que não enquanto podiam, mas finalmente a “criança caiu-lhes nos braços” e agora há que resolver. O sistema implementado agora para os cartões dos alunos está em já em uso em vários municípios e um deles é Lisboa, onde pelos vistos funciona bem. É claro que podemos todos dizer que somos nortenhos pacóvios, mal educados, que temos pouca escolaridade (coisas que já ouvimos muita vez, em termos de pandemia) mas a verdade é que as pessoas têm, felizmente, literacia tecnológica que chegue para saberem que podem ir a uma payshop, porque já costumam fazer isso para carregar o telemóvel ou para pagar a água ou a luz. Chegadas lá, com o código de referência, podem carregar o cartão do aluno. No agrupamento onde eu trabalho, que se chama Agrupamento Amadeo de Souza-Cardoso, os cartões não mudam, são os mesmos, e o saldo de 2019 transita para este ano. Os alunos não perdem nada e apenas deixam de carregar o cartão na papelaria e passam a fazê-lo, os que podem a partir de casa, outros no café que tenha uma payshop. A escola, de facto, não vai movimentar esse dinheiro. Esse dinheiro, que é da cantina, não é para os alunos do escalão A porque esses têm a refeição gratuita e como tal não vão ter essa

despesa. Será 50 % para o escalão B e para os restantes alunos será o valor total da refeição. Nada de novo porque é mesmo assim que funciona. As refeições, neste momento, estão a ser assumidas a 100% pela Câmara porque os cartões ainda não estão em funcionamento e nenhuma criança ficou sem alimento. O que é que vai ser gerido pela escola? Vão ser geridas as despesas de papelaria, do bar dos alunos. Para os alunos apenas muda a forma de carregar o cartão sendo que, de facto, a taxa de um primeiro carregamento mensal será assumida pelo município. Há milagres? Não há. Há melhor forma de fazer? Eu não conheço porque não estou por dentro do assunto, mas se calhar o senhor Presidente da Câmara não se importa que lhe apresentem melhores propostas. Deixar tudo nas escolas, conforme esteve até agora, não depende de nós Assembleia Municipal, não depende da Câmara Municipal nem tão pouco dos diretores”.

#### **ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta disse: “Para além de me congratular com toda a execução e investimento que está a ser feito no concelho, eu queria referir, agradecer e enaltecer os investimentos municipais na minha freguesia. Quero valorizar o investimento ao nível ambiental com a conclusão do projeto “*O Marão tem sangue azul*”, com uma intervenção digna de ser vista na Ribeira da Póvoa e nos seus afluentes que muito valorizam a serra do Marão. Paralelamente também tenho de agradecer a conclusão da requalificação do Largo da Póvoa que há muito tempo se arrastava e muito útil para a população. Agradecer a valorização e o controle à água dos fontenários públicos. De facto em Ansiães está ser controlada e monitorizada. Penso que estará a passar-se o mesmo em todas as freguesias. Agradecer também o apoio da Câmara ao município de Ansiães no que diz respeito ao programa Voluntariado Jovem. Recebemos três jovens que muito contribuíram para a dignificação da freguesia. Também quero referir tudo aquilo que tem sido feito por este executivo para a valorização turística da serra do Marão e Aboboreira. A serra do Marão tem muito para dar a nível turístico e juntamente com a serra da Aboboreira deve ser uma forte aposta para o turismo da natureza.

Finalmente, quero fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara que é a seguinte: no relatório está escrito que a Câmara apoiou de forma inegável o processo dos regadios de Ansiães e também de Aboim. Esse processo ainda não foi iniciado e por isso queria saber em que ponto se encontra o projeto e se poderá haver alguma expectativa para os agricultores ou, se podemos dá-lo por perdido?”

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “ A intervenção da senhora deputada Helena leva-me a uma outra questão. Então quer dizer que há escolas que ainda não estão a cobrar refeições aos alunos. Certo. Gostaria de saber quais as escolas que estão e as que não estão a cobrar o valor da refeição. O que é certo, é que o sistema anterior funcionava bem. Os alunos carregavam os cartões na escola com o valor que os pais lhes davam muitas vezes diariamente. Isto obriga a que cada vez que eu tenha de carregar um cartão, nem que seja com um euro, terei de carregar um euro e trinta cêntimos. Quero saber se os pais a cada carregamento para lá do primeiro terão associada esta despesa? Eu sei que os alunos do escalão A não pagam, os do escalão pagam 50%, mas para

além disto há muitas outras despesas que os alunos pagam, como sejam os serviços de bar, de papelaria, etc.”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi dado ao senhor Presidente da Câmara para que esclarecesse as questões que lhe foram colocadas.

### **JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Nesta sua intervenção o senhor Presidente disse: “Relativamente à execução: o país é igual de norte a sul e a europa vive aquilo que vive. O mundo vive aquilo que vive. Há quem pense aqui nesta sala que há aqui uma delimitação e que Amarante está protegida. E está porque deus deve ser do PSD porque temos tido alguma proteção. Uma vez interessa dizer que a economia pode entrar em colapso e o senhor não sabe o que é que anda a fazer e outras vezes acham que realmente a Câmara não tem de cumprir alguns requisitos. Não sei se o senhor deputado sabe, nós aqui também vivemos problemas de confinamento, muitas empresas ficaram impedidas de trabalhar, temos obras em execução que já tiveram de prorrogar o prazo porque tiveram funcionários infetados e tiveram de para as obras. Há também algumas entidades que mesmo estando em teletrabalho não funcionam muito bem provocando atrasos nos pareceres que tardam em chegar. Recentemente, precisávamos do parecer do viaduto que vai fazer a ligação para o parque multifunções. É um projeto que tem dois anos e meio de história. Propusemos em tempo um projecto RIP, um projeto de relevante Interesse Público, que depois de muitos contornos que ninguém entendeu, sofreu a reprovação na CCDR, que me surpreendeu a mim e a muita gente. Mesmo assim não desistimos, porque não desistimos naquilo em que acreditamos. Demos continuidade e a determinada altura houve uma entidade, já depois de eu ter insistido muito a CCDR, com a APA para que o projeto fosse para o senhor Secretário de Estado para ser aprovado, quis o destino que o secretário de Estado estivesse em mudança de chefe de gabinete e a partir daí, o meu chefe de gabinete durante dois meses ligou todos os dias para a Secretaria de Estado para que o senhor Secretário de Estado despachasse o processo para publicação no diário da República, para que eu pudesse avançar com a obra. Isto pode ficar em ata porque é verdade. Conseguimos agora aprovar e vamos então lançar o concurso. É por isso que há todas estas morosidades. Se bem se recordam, já aqui enalteci a posição do governo que de forma expedita, percebeu que começava a haver muitos atrasos em termos de execução de alguns programas atendendo que algumas entidades, como por exemplo o Tribunal de Contas que estava a impedir execução de obras não só de Amarante, mas de todo o país, porque era um volume considerável de obras e houve necessidade de efetivamente alterar e suspender durante o ano de 2020 e 2021 para que as Câmara pudessem concretizar e executar grande parte dos projetos que estavam estrangulados. Grande parte dos projetos já estão consignados e arrancarão brevemente. Apesar do período terrível que estamos a passar, ainda temos conseguido fazer obra e inclusive inaugurar algumas já concluídas. As obras vão continuar e eu acredito que não vou conseguir executar os 50.000.000 de euros até porque tivemos todos estes atrasos provocados pelo período que estamos a viver, mas vamos executar uma parte significativa das obras, ou pelo menos lançá-las para não perder verbas que tão importantes são para o município de Amarante.

A escola da Torreira efetivamente não estava na listagem, mas entretanto retificaram e foi colocada depois de uma reclamação que fizemos e a DGEST acabou por metê-la na última listagem. Irá ser intervencionada a par da escola do Marão.

Relativamente ao pavilhão onde nos encontramos, quis também incluí-lo na lista, a interpretação da CIM era que por haver um acordo no valor de 500.000 euros não para a remoção do amianto, mas sim para o maior perigo que esta escola tinha que eram os vidros que eram vidros laminados que punham em risco a vida das crianças. Nós e o agrupamento durante muitos anos alertamos para esse perigo e na altura a senhora Secretária de Estado mandou elaborar um protocolo que nos permitia alterar essa situação e nessa altura fizemos também a parte exterior com a mudança dos telhados. Entendia eu, que nesta fase da remoção do amianto e na remodelação dos laboratórios que também é preciso substituir estas obras iriam ser contempladas, mas não o foram. No entanto, houve agora uma redistribuição de verbas para alocar a obras executadas, eu entendi e entendo que não tenho que o fazer, mas mesmo assim vou retirar algum desse dinheiro para fazer a substituição deste telhado. Espero que depois quando houver um novo reforço, o município possa ser ressarcido desse dinheiro. Será feito por vontade nossa e não por imposição de ninguém. As outras intervenções são financiadas a 100%. Tenho pena de não ter essa possibilidade como alguns tiveram.

Relativamente ao que diz respeito à descentralização no domínio da educação, o senhor deputado estudou com muito pouca profundidade a questão. O senhor tem de perceber que a Câmara tem procedimentos que não pode alterar. Primeiro há um cartão em que a receita a carregar no cartão não pode vir para a Câmara. Há uma espécie de mealheiro e aí sim, quando alguém carrega para pagar a alimentação, aí sim a Câmara emite a fatura, é feito o processamento e há a entrada desse dinheiro na conta da Câmara. O que acontecia primeiro quando havia uma gestão integrada local quem fazia esse papel era a escola. O dinheiro entrava na conta da escola e não era paga qualquer comissão. Nós não podemos fazer isso porque a lei não nos permite. O sistema que estamos a usar é o mesmo e só há dois agrupamentos que teve de mudar, mas de resto é igual e o que nós temos de fazer é através da plataformas disponíveis gerir os carregamentos permitindo dessa forma que os pais vão gerindo as despesas do seu educando. Acontece é que os alunos do escalão A não pagam refeições, mas continuam a pagar na papelaria e por isso vão ter de carregar. Estes carregamentos têm um custo associado que é de 24 cêntimos mais IVA, o que dá os tais trinta cêntimos. Para alguns é penoso e a proposta que eu fiz é que a Câmara assuma o primeiro pagamento mensal do carregamento do cartão. Estamos a falar de cerca de mil e duzentos euros. Não podemos é estar todos os dias a pagar os mil e duzentos euros. Até o senhor iria concordar que eu não podia entrar nessa loucura. Concerteza que haverá miúdos que terão dificuldades. Por isso é que há questões sociais que serão tidas em conta quer por parte da Câmara, quer por parte das escolas que vão estando atentas às fragilidades que vão aparecendo e seguramente que serão das respostas. Ninguém vai deixar de ter papel e caneta. Agora, a maioria daqueles pais certamente carregarão o cartão de uma vez só. Podem se, assim o entender carregar todos os dias, mas aí pagam os tais trinta cêntimos. Nas escolas onde o processo ainda não está finalizado, a Câmara suportou essa despesa. Isto para nós também é novo e há certamente questões que vão sendo afinadas. O sistema que estamos a utilizar está em prática em du-

zentes municípios. Estamos a seguir as boas práticas que são entendidas a nível nacional”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “Fiquei agora a saber porque é que o senhor Presidente não atendia os Presidentes de Junta porque afinal estava agarrado ao telefone a tentar falar com o senhor Secretário de Estado. O senhor Presidente tem feito aquilo que tem feito em todas as Assembleias: *“temos projetos, temos isto, vamos fazer aquilo”*, são aquelas histórias que nos vai contando. Quero aqui citar o senhor deputado António Araújo que nos disse que o que importa é que se faça e não que se vai fazer. O que é certo, é que, o que se fez nestes oito meses corresponde a dois terços da execução orçamental, limitou-se a pagar vencimentos, pagar a aquisição de bens e serviços e juros. Eu se fosse Presidente de Câmara, podia estar estes oito meses na cama deitado porque iria ter esta execução sem fazer nada. Eu gostava era que se fizesse.

Ainda relativamente aos cartões, eu quando fiz referência ao pagamento das refeições, estava a falar de todos os alunos, inclusive os do primeiro ciclo. Eu gostava de saber se neste período de tempo em que as refeições são gratuitas para os alunos do segundo e terceiro ciclo e secundário, se também são gratuitas para os alunos que não tem estes cartões, porque se assim for, podemos estar a criar uma dualidade de critérios.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “De facto começa a ser penoso ouvir o membro desta assembleia que me antecedeu. Ele próprio o disse e nós vimos aqui constatar que é uma realidade. É penoso porque este senhor passou meses a falar na necessidade do pavilhão para a escola Amadeo Souza Cardoso. Pois ele já lá está, numa fase muita adiantada de construção, mas palavras sobre essa obra que ouvimos do senhor deputado; zero. Quando as coisas estão a ser feitas, considerações zero. É penoso vir para aqui dizer que basta o Presidente da Câmara ficar deitado na Câmara porque afinal as coisas acontecem de forma automática. É penoso ouvir isto. Isto vale zero. É demagogia política. É vir aqui criticar só por criticar. É vir aqui dizer que nós somos uns bananas e que os outros é que são os espertos, quando na realidade se esquece de ver os lançamentos de concursos e adjudicações de outras obras, a preparação de projetos, os contactos com as diversas entidades que precisam de dar pareceres para as diferentes obras. Portanto ficamos a saber que este senhor membro da Assembleia acha que tudo isto acontece por acaso. Cai do céu. Aparece na almofada das pessoas que ele desconsidera e que trabalham todos os dias porque estão deitadas na Câmara Municipal. Isto é zero. Isto é fraco. Isto é feio. Isto é política demagógica e que não serva para Amarante e foi por isso que há sete anos as pessoas responderam como responderam. É conversa da treta”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “É penoso vir aqui todos os dias dizer que esta Câmara não fez, mas efetivamente a do passado ainda fazia menos.

#### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra começou por dizer que não vai pagar alimentação ao ensino universitário e nem aos infantários, porque decorre daquilo que já era da nossa competência. Aqui o caso é diferente. A partir de um de Setembro assumimos funções e a partir daí tivemos de abrir concursos. Concorreram três empresas e por essa razão também, estas coisas demoram. Para que toda a gente possa ter acesso à alimentação, nós estamos a suportar os custos. É só isto. Querem fazer disto uma novela, façam-na. Obviamente que será uma novela que não vai ter grande audiência porque não faz qualquer tipo de sentido e por isso vai ser um fiasco. Deixe-me dizer-lhe que para os alunos do escalão A que precisam do material escolar, há a entrega de material mínimo que também é gratuito. Não precisam também de carregar e não vamos por isso entrar aqui num dramatismo tentando dar nota de que tudo agora vai correr mal. Oxalá corra bem porque até eu tenho desconfiança em relação a algumas coisas, mas não é por inoperância por arte da Câmara.

Quero dizer ao senhor Brandão, porque há bocado esqueci-me de lhe responder, que há dois regadios que na altura foram submetidos a candidatura e foram aprovados, mas que depois não tiveram por parte da DRAP seguimento. Andaram cerca de dois anos num vai e vem mas não resolveram. Numa reunião recente que tive em Braga com a senhora diretora regional, pedi-lhe para chegar a um entendimento com os parceiros envolvidos de modo a acabar com este processo. Depois dessa reunião, onde a senhora se mostrou muito prestável porque ela própria também entende que não pode haver entidades a emperrar os processos, até porque estamos a falar de agricultura e os regadios são precisos. Depois dessa reunião já obtivemos o parecer favorável para um desses regadios e também um parecer prévio para o de Ansiães. A partir daqui vamos lançar o concurso para a execução. Não sei se depois vamos ser ou não ressarcidos do montante gasto. Uma coisa eu sei, vou executar a obra".

Como não estava mais ninguém inscrito para usar da palavra relativamente a este ponto passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

## **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS (ROC) PARA OS ANOS 2020 E 2021**

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra o senhor **deputado CÂNDIDO ZOIO, do PS** que disse que a bancada do PS iria votar a favor da proposta apresentada.

Assim, foi de imediato posto à votação. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta para poder produzir efeitos imediatos e aprovado também por **UNANIMIDADE**.

## **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL**

Relativamente a este ponto apenas usou da palavra o senhor deputado **HUGO CARVALHO do PS**, que disse que a bancada do PS iria votar a favor da proposta apresentada.

Assim, foi de imediato posto à votação. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta para poder produzir efeitos imediatos e aprovado também por **UNANIMIDADE**.

#### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS**

Relativamente a este ponto inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

##### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse que o PS votará favoravelmente este empréstimo porque a bancada do PS entende que a proposta reúne um conjunto de requisitos que nos parecem importantes. Em primeiro lugar ele é feito para concretizar investimentos que consideramos ser importantes e prioritários no concelho. Em segundo lugar porque resulta de um diálogo institucional com os senhores Presidentes de Junta na identificação das suas necessidades, das suas prioridades de investimento e dos seus compromissos eleitorais. Quando assim é, nós evidentemente só teremos de votar a favor. Quero também tecer duas considerações que gostava de ver registadas. Uma, que acho que é questionável, que é saber se a duração do empréstimo teria de ser a vinte anos, porque a duração é uma opção do executivo, mas julgo que poderia ter optado por um prazo menor porque estamos a falar de um empréstimo de 10% do valor anual da Câmara Municipal. Reconhecendo a importância destas obras e tendo o senhor Presidente afirmado no passado que faria parte desta Câmara não lançar este tipo de investimentos no primeiros três anos de mandato e depois na parte final fazer este conjunto de investimentos, também é legítimo que se diga que era para os concretizar por empréstimo bancário já os podia ter feito mais cedo. Fica a pergunta: se este empréstimo e estas obras que nós consideramos importantes a que estamos a dar um mandato de confiança para a sua execução, qual o compromisso de conclusão destas empreitadas que agora estão alocadas a este empréstimo, qual a data que estabelece sabendo-se que há datas parcelares em função do conjunto de obras mas para este empréstimo a sua concretização de valor global dos investimentos que agora estão a ser votados, qual a estimativa para a sua conclusão?

##### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “Eu queria deixar registado uma pequena consideração. Se analisarmos o orçamento municipal de 2019, se analisarmos as obras que constam da documentação para este empréstimo, se analisarmos as obras de um empréstimo que já anteriormente passou por esta assembleia, se analisarmos o que foi sendo dito sobre a relação com os Presidentes de Junta, com a forma como a gestão autárquica era feita, se analisarmos até o que foi dito sobre um celebre email e se analisarmos que alterações à lista da obras incluídas aquando do orçamento de 2019, concluímos hoje que as alterações que aconteceram foram quatro ou cinco obras, o que significa que se calhar todas essas considerações foram extemporâneas e exageradas porque na prática o planeamento estava lá e as Juntas de Freguesia vêm concretizado aquilo que afinal tinham conseguido transmitir ao executivo e que o executivo tinha acolhido”.

## **JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse: “Relativamente à questão que me foi colocada, vou repetir-me, mas há vezes temos de o fazer para as pessoas perceberem as regras. Aqui a regra é muito simples. O Tribunal de Contas e bem deu-nos esta janela de oportunidade que vai permitir que talvez até ao fim do ano possamos ainda avançar com muitas das obras, uma vez que podemos desde já remeter ao Tribunal de Contas os processos para que sejam despachados já.

Logo no primeiro ano de mandato, disse a toda a gente que está aqui sentada o seguinte: nós tínhamos de avançar numa primeira fase, fruto daquilo que é programação financeira e o volume de obras que estava em causa e a aquisição de alguns terrenos como por exemplo o do “Matias” no valor de dois milhões trezentos e cinquenta euros que me estava a comprometer os valores do endividamento porque enquanto não oficializasse a compra, não estava autorizado pelo Tribunal de Contas a fazer qualquer outro empréstimo a não ser apenas um de cerca de um milhão de euros. Acontece que o que foi utilizado foi muito pouco. Por exemplo a obra do cineteatro e por causa das novas regras, há um milhão e trezentos mil euros que transita para o ano, porque a questão da pandemia fez com que em vez de a obra ser entregue agora em dezembro, só me será entregue em abril, o que quer dizer que aquilo que é despesa que eu vou ter vai transitar para o ano. Acontece que aquilo que eram as regras do Tribunal de Contas contava, tudo este ano e contava tudo o que transita volta a contar novamente. Ou seja estamos todos os anos a ser prejudicados. Outro exemplo é a obra do Solar dos Magalhães que era suposto estar a ser concluída, mas que só agora vai arrancar. O valor para a obra conta todo como dívida este ano e vai continuar também tudo para o ano. Ou seja, duplamente prejudicados. Na planificação como havia tantas obras que pelos imperativos que conhecem não puderam avançar. Por isso, é que eu tinha dito na altura a todos os senhores Presidentes de Junta que nos dois primeiros anos arrancaríamos as grandes obras e nos dois últimos anos as obras das Juntas. Por isso, é que no ano passado avançamos com um empréstimo para as obras das Juntas. Só agora é que eu tive o visto desse empréstimo, porque só quando entrou em vigor a lei que o Governo lançou, é que me foi possível avançar porque aquilo que contou para endividamento o ano passado voltou a contar para endividamento este ano. Naquilo que tem a ver com a reabilitação urbana, o país só gastou 30%, quando já devíamos ter comprometido 100%, isto tudo por causa das novas regras. Com base na lei que saiu antecipo já este empréstimo para assim poder fazer toda a programação e poder lançar obras. Logo que possível arrancarão todas”.

Terminada a análise e discussão do ponto em causa, foi o mesmo posto à votação. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta para poder produzir efeitos imediatos e aprovado também por **UNANIMIDADE**.

## **PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E PROVIMENTO PARA CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO – CHEFE DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO (DCT) – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO**

Relativamente a este ponto, usou apenas da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** do PS, que disse que a sua bancada se iria abster.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: Votos contra: 0 (zero), **Abstenções: 23, Votos a favor: 27.**

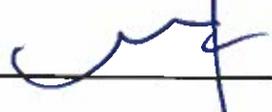
Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

#### **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

Relativamente a este ponto ninguém se inscreveu para usar da palavra.

Assim, foi de imediato posto à votação. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.** Foi ainda aprovado em minuta, para poder produzir efeitos imediatos. Dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE.**

Terminada que estava a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos quando eram vinte e três horas e trinta minutos. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada é assinada pelo senhor Presidente da Mesa e pelos seus Secretários

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA 

O PRIMEIRO SECRETÁRIO 

O SEGUNDO SECRETÁRIO 